

SURDOS E SEXUALIDADE: A PSICOLOGIA ESCOLAR COMO AGENTE DE INCLUSÃO

Alan Oliveira Souza¹
Ikaro Rafael Marques da Silva²
Raquel Coelho Torres³
Sabrina Benício de Farias Silva⁴
Tatiana Cristina Vasconcelos⁵

INTRODUÇÃO

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é considerada a língua primária das pessoas surdas, o que frequentemente resulta em desafios na comunicação com familiares e na escola, dificultando a troca de informações essenciais, especialmente sobre sexualidade (Guimarães *et al.*, 2019). Segundo o IBGE (2010), 5,1% da população brasileira tem deficiência auditiva, enfrentando exclusões e desafios comunicacionais em uma sociedade predominantemente ouvinte. Muitas famílias acabam optando pelo silêncio em torno do assunto, criando um tabu social, levando os jovens surdos, sem orientação familiar, à busca por esclarecimentos na escola (Henrique; Hardoim, 2019; Gonçalves; Barbosa, 2020; Rizzo e Gonçalves, 2022).

No entanto, o desenvolvimento e a identidade do indivíduo ocorrem na família, onde a descoberta da surdez pode impactar essa dinâmica (Anjos, 2023; Henrique e Hardoim, 2022). Pessoas com deficiência (PCDs) frequentemente se tornam dependentes da família, interferindo na sexualidade comprometendo privacidade e autonomia (Fontana *et al.*, 2018). A família tende a vê-los como incapazes e infantilizados (Guimarães e Silva, 2020; Rodrigues; Bentes, 2022). Estudantes surdos têm um conhecimento limitado sobre sexualidade, restrito a "sexo", doenças, gravidez e valores morais, refletindo as falhas das escolas em abordar aspectos amplos da Sexualidade, como identidade, amor, relacionamentos, sensualidade, erotismo, prazer e papéis sexuais (Fontana *et al.*, 2018; Henrique; Hardoim, 2019).

Este estudo de revisão sistemática busca compreender a relação de crianças e adolescentes surdos com a Sexualidade e a Educação Sexual, investigando como as escolas abordam o tema e identificando desafios no cumprimento dos Parâmetros Curriculares

¹ Graduando de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, alan.oliveira@aluno.uepb.edu.br;

² Graduando de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, ikaro.silva@aluno.uepb.edu.br;

³ Graduanda de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, raquel.torres@aluno.uepb.edu.br;

⁴ Graduanda de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, sabrina.benicio@aluno.uepb.edu.br;

⁵ Professora orientadora: Doutora em Educação (UERJ), Mestre em Psicologia Social (UEPB), Licenciada em Psicologia (UEPB), Bacharel em Psicologia (UNFIP), Especialista em Psicopedagogia (UCM) e Neuropsicologia (UNYLEYA), tatianavasconcelos@servidor.uepb.edu.br.

Nacionais (PCN). Propõe-se a Psicologia Escolar como facilitadora das discussões sobre Educação Sexual, promovendo a inclusão de pessoas surdas no ambiente escolar.

A sociedade tem julgado negativamente a sexualidade PCD, ora exagerada e incontrolável, ora ausente e infantilizada, assexualizando essas pessoas (Rizzo e Gonçalves, 2022). Paula *et al.* (2010), citada por Fontana *et al.* (2018), afirma que a inacessibilidade das pessoas surdas à Educação Sexual é agravada pelo mito de que a sexualidade das PCDs é problemática e patológica, corroborando pressões sociais que inibem manifestações sexuais dessa população. Esta distorção perpetua mitos como a incapacidade de PCDs estabelecerem vínculos amorosos ou sexuais e terem filhos saudáveis, refutados por Vygotsky (1989) citado por Henrique e Hardoim (2022), que argumenta que o desenvolvimento da pessoa surda é diferente, mas não inferiorizado, já que seus problemas são sociais e não biológicos. Esse preconceito, originado na antiguidade sob o oralismo, via a língua de sinais como obscena, prejudicando a vida e educação das pessoas surdas, consideradas selvagens e débeis mentais (Gesser, 2012, *apud* Rizzo; Gonçalves, 2022). Tal representação distorcida é vista no filme "Pobres Criaturas" (*Poor Things*) de 2023, em que atores com deficiência se comportam de maneira grotesca e animalesca nas cenas de sexo com Bella Baxter.

Anjos (2023) relembra que deficientes auditivos historicamente foram proibidos de exercer cidadania e direitos sexuais, revelando como a "normalidade" é definida por padrões socioculturais dominantes (Maia, 2011 *apud* Dreyer *et al.*, 2018). Bortolozzi e Vilaça (2020) afirmam que cada sociedade tem padrões próprios de comportamento sexual, moldando várias expressões da sexualidade, incluindo gênero, corpo e vínculo conjugal. Assim, Moscovici (2011 *apud* Guimarães *et al.*, 2019) observa que a realidade social e o comportamento são influenciados por representações sociais. Apesar dos altos índices de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e violência de gênero entre jovens, as escolas, sob influência religiosa, limitam a Educação Sexual, ignorando aspectos psicológicos e socioculturais, e desconsiderando diretrizes dos PCN, que propõem uma abordagem crítica e reflexiva (Bortolozzi; Vilaça, 2020; Henrique; Hardoim, 2019).

METODOLOGIA

A revisão sistemática da literatura sobre Surdos e Sexualidade seguiu três etapas: planejamento, realização e conclusão. No planejamento, foram pesquisados estudos de 2018 a 2023 na base de dados Portal de Periódicos CAPES/MEC, utilizando descritores da Terminologia em Psicologia da BVS - PSI Brasil, em português. Os termos de busca incluíram

combinações como: educação sexual AND surdez; educação sexual AND surdo; educação sexual AND deficiente auditivo; sexualidade AND surdez; sexualidade AND surdo; sexualidade AND deficiente auditivo. Os artigos encontrados foram avaliados com base em critérios de inclusão: a) foco na surdez e sexualidade; b) presença de pessoas surdas na amostra; c) em português e d) publicação entre 2018 e 2013. Os critérios de exclusão foram: a) publicações duplicadas; b) formatos que não eram artigos; c) artigos pagos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Autores observam disparidades linguísticas entre surdos e não surdos, destacando a exclusão social enfrentada pela comunidade surda, incluindo a falta de acesso a informações essenciais de saúde em Unidades de Saúde (UBS), onde a Língua de Sinais é crucial e as cartilhas não são acessíveis (Fontana *et al.*, 2018; Dreyer *et al.*, 2018). Alunos surdos do Ensino Médio têm enfrentado dificuldades em identificar ISTs e são geralmente mal informados, como observou Fontana *et al.* (2018). Os alunos conheciam a AIDS e sífilis, mas citaram a dengue e febre amarela como ISTs. Além disso, o sexo foi apontado como única forma de contrair ISTs, quando na realidade, existem outros meios. Em meio à desinformação, Fontana *et al.* (2018) produziu uma cartilha bilíngue informativa de ISTs em parceria com uma especialista em Libras, para as escolas do Rio Grande do Sul (Fontana *et al.*, 2018). Omissão de informações sobre sexualidade pode vulnerabilizar essa população, criando falsas crenças, como a cura para AIDS (Guimarães e Silva, 2020; Pinheiro Filho, 2010 *apud* Fontana *et al.*, 2018).

As pessoas surdas exibem um conhecimento simplista sobre Sexualidade, reproduzindo discursos preconceituosos (Guimarães; Silva, 2020). Henrique e Hardoim (2019) observaram que 80% dos alunos surdos do Ensino Médio apoiam o ensino de Educação Sexual na escola, enquanto 20% foram contra, sendo os últimos maiores de 25 anos, conservadores e religiosos, limitando aspectos sexuais à procriação. Dreyer *et al.* (2018) destacam que Sexualidade está além do corpo reprodutor e desejante, visto que o vontade e desejo são inerentes a todos. Alunos surdos entrevistados consideraram a idade ideal para namoro entre 19 e 20 anos e para relações sexuais, acima dos 25. A descoberta do corpo e do prazer para PCDs pode ocorrer tardiamente devido ao excesso de proteção das famílias, que temendo abusos, acabam assexualizando-os (Henrique; Hardoim, 2019). Os autores precisaram datilografar a palavra sexualidade nas entrevistas, por não existir um sinal em Libras ou Língua de Sinais Americana (Anjos, 2023). Pessoas surdas não dispõem de nenhuma incapacidade que as assexualize (Fontana *et al.*, 2018), tendo a sexualidade negligenciada e sendo o público mais exposto ao risco de contrair

ISTs. Isso surpreende, visto que, nas escolas, ISTs e gravidez na adolescência são abordadas sem estimular questionamento e reflexão sobre a repressão sexual culturalmente estabelecida (Anjos, 2023; Henrique; Hardoim, 2019; Santos *et al.*, 2020).

Guimarães *et al.* (2019) buscou representações sociais da Sexualidade com surdos universitários, que mesmo adultos, enfrentam as mesmas dificuldades no acesso à Educação Sexual, mas possuíam uma representação mais voltada à saúde sexual, manifestando preocupações com afetividade, bem-estar, da atividade sexual e satisfação nos relacionamentos. Esta diferença na compreensão pode ser relacionada ao grau de instrução, um dos fatores essenciais ao entendimento do que é gênero e sexualidade (Santos *et al.*, 2020). Os universitários conheciam outros métodos de prevenção às ISTs, mencionando a camisinha e o anticoncepcional feminino. Também apontaram motivos para não usá-los, como esquecimento, confiança, discordância do parceiro, relações de curta duração e falta de acesso ao preservativo.

Dreyer *et al.* (2018) destacam a falta de acesso à Educação Sexual para pessoas surdas, privando-as de um direito básico à saúde sexual (Moura *et al.*, 2017). O ensino sexual é primordial para o indivíduo adquirir conhecimento e tomar decisões favoráveis a sua identidade, prevenção e satisfação sexual (Guimarães *et al.*, 2019), e por isto, deve envolver múltiplos aspectos emocionais e sociais. A pesquisa de Bortolozzi e Vilaça (2020) revelou que professores de uma escola inclusiva em Portugal estão dispostos a lidar respeitosamente com manifestações sexuais de alunos PCDs, utilizando o diálogo como instrumento. No entanto, observaram-se improvisações e pedidos de ajuda devido às dificuldades com Libras e à compreensão da sexualidade. Guimarães e Silva (2020) destacam diferenças na frequência sexual de jovens surdos em comparação com ouvintes, existe maior atividade sexual em meninos deficientes entre 14 e 16 anos. Crianças com deficiência auditiva, distúrbios na fala e dificuldades de aprendizagem estão mais vulneráveis a abusos físicos ou sexuais, como demonstrado pelos estudantes filipinos surdos (Gomez, 2011 *apud* Guimarães e Silva, 2020), que associaram o aumento dos comportamentos sexuais à exposição precoce ao sexo após serem abusados, o que foi reconhecido tardiamente. Portanto, crianças e adolescentes surdos precisam aprender a se proteger das diversas formas de violência, incluindo a psicológica, que atinge 91% das estudantes surdas (Paula *et al.*, 2010 *apud* Fontana *et al.*, 2018).

Guimarães e Silva (2020) ressaltam que a escola é fundamental para desconstruir estereótipos sobre sexualidade. Principalmente quando os alunos têm assumido protagonismo em discussões de Educação Sexual, expondo pessoas surdas à desinformação e ignorância de terceiros, que relacionam a sexualidade a aspectos negativos (Dreyer *et al.*, 2018). Variados contextos são citados por Guimarães e Silva (2020), famílias surdas com total acesso à

linguagem visual e surdos que inibem a expressão sexual à família. O último assemelha-se ao estudo de Rodrigues e Bentes (2022), onde um jovem surdo gay enfrenta rejeição dos pais desde que assumiu sua orientação sexual. Deste modo, os pais são menos procurados para discutir sexualidade, levando jovens surdos a buscar informações em outras fontes, como televisão, amigos, professores, vizinhos, namorados, médicos e pesquisas individuais (Dreyer *et al.*, 2018; Fontana *et al.*, 2018). Como enfatiza Henrique e Hardoim (2019), não existem limitações que impeçam o pleno desenvolvimento do surdo. Contudo, as famílias nem sempre os incentivam, levando-os a buscar conhecimento sexual na escola, destacando a importância do contexto escolar assumir a responsabilidade de educá-los sexualmente (Rizzo; Gonçalves, 2022).

Bortolozzi e Vilaça (2020) apontam que há falta de preparo dos professores em abordar a Educação Sexual sem suporte profissional. O psicólogo, por sua vez, com escuta qualificada e ausência de julgamentos morais, está apto a atuar nesse tipo de ensino (Moura *et al.*, 2017), desempenhando um papel na promoção de reflexão e humanização entre alunos, professores e familiares; reconhecendo a importância da Educação Sexual para a autonomia e integração social das pessoas surdas (Fontana *et al.*, 2018; Souza *et al.*, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se as famílias desejam integrar socialmente as pessoas surdas, devem discutir a sexualidade e desmistificar a ideia de que é algo negativo. As escolas estão falhando na Educação Sexual, como está evidente no conhecimento pífio das crianças e adolescentes sobre ISTs e sexualidade. A falta de compromisso institucional, reduz a sexualidade ao ato sexual, sujeitando a população surda à abusos. O estudo propõe que a Psicologia Escolar ajude neste sentido, permitindo que o psicólogo seja um agente de inclusão e torne a escola um espaço seguro à população surda. Embora haja poucos estudos sobre Surdez e Sexualidade, principalmente sobre mulheres surdas e pessoas surdas LGBTQIAP+, todos devem ter direito à autonomia, autoconhecimento e autoproteção. Sendo a Educação Sexual essencial para a promoção de relacionamentos saudáveis, afetos, sentimentos e prevenção de violências.

Palavras-chave: Psicologia escolar, Educação sexual, Sexualidade, Surdez.

REFERÊNCIAS

ANJOS, A. S. S. Sexualidade e surdez: reflexão sobre os impactos das barreiras comunicacionais. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, [S. l.], v. 34, p. 1089, 2023.

BORTOLOZZI, A. C.; VILAÇA, T. Educação sexual na educação inclusiva: atitudes de professores diante de situações projetivas envolvendo comportamentos sexuais de alunos. **Diversidade e Educação**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 190–211, 2020.

DREYER, L. R. O.; MATEUS, M. A. R.; GONÇALVES, J. P. Pessoas com surdez e suas relações com a sexualidade: silenciamentos e descobertas. **Textura - Revista de Educação e Letras**, v. 20, n. 44, 2018.

FONTANA, R. T.; FRISKE SCHWIDERKE, P.; BRUM TRINDADE, M. A. As infecções sexualmente transmissíveis na percepção de pessoas surdas. **Interfaces da Educação**, [S. l.], v. 9, n. 26, p. 316–335, 2018.

GUIMARÃES, V. M. A.; SANTOS, F.; SANTOS, B. F. S.; SILVA, J. P. Surdez e sexualidade: Uma análise a partir das representações sociais de universitários surdos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 387–405, 2019.

GUIMARÃES, V. M. A.; SILVA, J. P. Surdez e sexualidade: as representações sociais dos discentes surdos. **Arquivos brasileiros de Psicologia**, v. 72, n. 1, p. 125-139, 2020.

HENRIQUE, V. H. O.; HARDOIM, E. L. Sexualidade e educação: uma comparação entre alunos surdos e não surdos. **Revista da Faculdade de Educação**, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 145–158, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

MOURA, A. F. M.; PACHECO, A. P.; DIETRICH, C. F.; ZANELLA, A. V. Possíveis contribuições da psicologia para a educação sexual em contexto escolar. **Psicologia Argumento**, [S. l.], v. 29, n. 67, 2017.

POBRES Criaturas. Direção: Yorgos Lanthimos. Produção: Emma Stone, Yorgos Lanthimos, Ed Guiney e Andrew Lowe. Intérprete: Emma Stone, Mark Ruffalo, Willem Dafoe. Roteiro: Tony McNamara. [S. l.]: Searchlight Pictures, 2023. 1 BD-R (141 min).

RIZZO, J. G. S.; GONÇALVES, J. P. Gênero, Sexualidade e Surdez em Pesquisas: Definições e Características. **Revista FSA**, Teresina PI, v. 19, n. 1, p. 130-147, jan. 2022.

RODRIGUES, F. A. T.; BENTES, J. A. O. Narrativas de um sujeito surdo homossexual: uma análise dialógica. **Revista Educação e Linguagem**, v. 11, n. 22, 2022.

SANTOS, S. F.; BITENCOURT, A. C.; RAMOS, H.; VIANNA, J. Educação sexual para prevenir abusos: socializado visualmente conhecimentos em língua brasileira de sinais. **Caminho Aberto - Revista de Extensão do IFSC**, [S. l.], n. 13, p. 45–51, 2021.

SOUZA, A. O.; SILVA, I. R. M.; TORRES, R. C.; SILVA, S. B.; VASCONCELOS, T. C. Diálogos sobre a atuação em psicologia escolar no pós-pandemia de covid-19. *In*: **Anais do IV Congresso de Estudos da Complexidade e VI Abril Indígena**, Campina Grande, Realize Editora, 2024.